

*A Teoria Queer no combate à transfobia escolar:
contribuições da Educação Profissional na
perspectiva de uma Formação Humana Integral*

Rafaela Santos Amorim

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
NORTE (IFRN)

Fábio Alexandre Araújo dos Santos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
NORTE (IFRN)

ABSTRACT

This work is a State of Knowledge, carried out in the Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH), with the objective of investigating how transphobia is discussed in education and how Professional Education, in a perspective of Integral Human Formation, can contribute in the fight against school transphobia. We conclude that this topic is little discussed and, even so, in a very superficial way. In this way, articulating Professional Education from a conception of Integral Human Formation and in the light of *Queer* Theory is shown as a path that can contribute to the fight against school transphobia.

Keywords: Queer Theory; Gender Identity; Transphobia; Integral Human Formation; Professional Education.

Este trabalho trata de um Estado do Conhecimento, realizado na Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH), com o objetivo de investigar como a transfobia é discutida na educação e de que maneira a Educação Profissional, com vistas à Formação Humana Integral, pode contribuir no combate à transfobia escolar. Concluímos que a temática é pouco discutida e, ainda assim, de maneira muito superficial. Nessa perspectiva, articular a Educação Profissional a partir de uma concepção de Formação Humana Integral e à luz da Teoria *Queer* se mostra como um caminho que tem muito a contribuir para o combate à transfobia escolar.

Palavras-chave: Teoria Queer; Identidade de Gênero; Transfobia; Formação Humana Integral; Educação Profissional.

Introdução

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo Estado do Conhecimento, com pretensão de observar como a transfobia vem sendo debatida no âmbito educacional, e que caminhos podem ser pensados, no recorte da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para promover avanços com as discussões sobre as diversas violências sofridas por travestis e transexuais nas instituições escolares.

Nos últimos anos, vem ocorrendo uma crescente discussão voltada aos grupos marginalizados na sociedade e, por consequência disso, cada vez mais tem se implementado políticas públicas com foco em garantir cidadania promover condições igualitárias entre todos os indivíduos.

A ausência de um grau escolar inviabiliza uma qualificação adequada para a inserção no mercado de trabalho formal, deixando esses indivíduos às margens da sociedade e sujeitos, muitas vezes, à vulnerabilidade das ruas e prostituição. Esse contexto, acrescido ainda à transfobia que já é sofrida por essa parcela da população cotidianamente, são o fomento para que a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil, hoje, não passe dos 35 anos (Benevides e Nogueira 2021).

O mercado formal ainda tem dificuldades em ofertar lugar a travestis e transexuais. Os relatos no Dossiê da ANTRA (2021) mostram que, ainda aqueles que conseguem se inserir no mercado de trabalho, com frequência, são submetidos a situações constrangedoras de preconceito e assédio, seja por parte de empregadores ou de clientes.

Essas informações, quando observadas em conjunto, apontam para a urgência em se pensar o que vem sendo feito para garantir cidadania e dignidade, princípios constitucionais, à juventude trans brasileira. Nesse sentido, elegemos a Educação Profissional como recorte de estudo por considerar que esse campo se dedica a pensar, a partir da noção de Formação Humana Integral, o sujeito em sua totalidade, prezando pelo desenvolvimento de todas as suas dimensões e contemplando os estudos sobre diversidade.

Aporte teórico

A relevância de uma pesquisa é justificada a partir da sua importância e inovação em determinado assunto. Kunzler, Both e Machado (2019) evidenciam que, para isso, ela precisa ter uma função social, visando a resolução de algum problema. A partir do mapeamento de como determinado tema vem sendo estudado na academia, é possível observar os aspectos e dimensões que estão sendo discutidos e também lacunas que circundam a temática e que podem ser exploradas em pesquisas futuras (Ferreira 2002). Ainda se acrescenta que

A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. (Romanowsky e Ens 2006, 39)

Para realizar o Estado do Conhecimento em questão, e observar em que situação se encontram os debates de gênero e sexualidade na educação, também se faz importante situar algumas dimensões conceituais que serão utilizadas no trabalho.

Para pensar o conceito de gênero, é relevante nos situarmos politicamente nos contextos em que essa palavra transita. Fortemente pregado durante o movimento sufragista, no século XIX, o termo “gênero” habitou os debates desde a primeira onda do feminismo, a princípio, servindo aos interesses das mulheres brancas de classe média (Louro 1997), mas ainda vinculado àquelas as quais haviam sido atribuídas ao sexo biológico feminino em seu nascimento. É a partir da década de 60 (Nascimento 2021), com a segunda onda do movimento feminista, e com a contribuição de autoras como Simone de Beauvoir, que se passa a pensar novas formas de vivenciar a feminilidade para além de um determinismo biológico.

Os estudos sobre gênero também perpassam, inevitavelmente, pela sexualidade. Os sujeitos experienciam seu gênero e sexualidade de forma mutável, como processos construídos e voláteis, que podem ser vivenciados de diversos modos. Apesar de imbricados, os conceitos de gênero e sexualidade não são sinônimos e tratam de diferentes questões, e Louro (1997) distingue:

Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. (Louro 1997, 26)

O ponto de convergência entre os dois conceitos, e que aqui há de ser considerado, é o entendimento de que ambos são dinâmicas voláteis, não permanentes e em construção pelos sujeitos, compreendendo também que estes são frutos do meio social em que estão inseridos. Judith Butler (2019) propõe o conceito de *performatividade* como um ato discursivo dos corpos, levando à concepção de *gênero* enquanto atos e gestos experienciados, e não a partir da biologia dos corpos. Assim como Nascimento (2021), Butler também critica o feminismo essencialista que exclui algumas identidades femininas de suas pautas:

Os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo colocam de outra maneira a questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. [...] Em outras palavras, a insistência sobre coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das “mulheres”. (Butler 2019, 38-39)

Tomando como referência os estudos de Butler, acreditamos que é preciso subverter os modelos hegemônicos dessa sexualidade compulsória, pré-concebida e que determina os comportamentos esperados dos sujeitos desde o nascimento. Enquanto seres pertencentes a um meio social, não podemos negar a realidade posta no nosso cotidiano. As diferenças de gênero e sexualidade estão ocupando os cenários públicos, ganhando reconhecimento político e cultural (Candau 2011) e chegando à escola, que é principal espaço de convívio coletivo durante boa parte da vida de crianças e adolescentes. Frente a essa realidade, Candau (2011) revela uma preocupação:

A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver. (Candau 2011, 241)

A autora defende que considerar a dimensão cultural é imprescindível nas práticas educativas, e que as diferenças não devem ser excludentes. Ela acrescenta que

As diferenças são então concebidas como realidades sócio-históricas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinâmicas, que se configuram nas relações sociais e estão atravessadas por questões de poder. São constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais. Devem ser reconhecidas e valorizadas positivamente no que têm de marcas sempre dinâmicas de identidade, ao mesmo tempo em que combatidas as tendências a transformá-las em desigualdades, assim como a tornar os sujeitos a elas referidos objeto de preconceito e discriminação. (Candau 2011, 246)

Para além dessa esteira cultural, também acompanhamos o pensamento de Deborah Britzman (2000), que reflete sobre a maneira como o currículo encara – ou deveria encarar – a sexualidade. A autora questiona se, para trabalhar esse conteúdo, deve haver uma postura diferente dos professores, pois observa que os educadores parecem mudar de comportamento, adotando certa cautela em

excesso, quando precisam passar por tais conteúdos em suas aulas. Não se trata de escolher abordar ou não a sexualidade e suas diversas formas de expressão no currículo escolar, visto que o conteúdo está lá, e se fará presente do cotidiano da escola, seja nas aulas que trabalham assuntos como a anatomia dos corpos, seja nas vivências intersubjetivas e afetos criados entre alunos a partir da convivência nesse espaço. Dessa maneira, Britzman (2000) pensa uma naturalização da temática, e um conhecimento construído também em conjunto com os alunos, de modo que os estudantes percebam a presença de tais questões nas suas próprias vidas. Ou seja,

Isso significa construir pedagogias que envolvam todas as pessoas e que possibilitem que haja menos discursos normalizadores dos corpos, dos gêneros, das relações sociais, da afetividade e do amor. Por outro lado, navegar fronteiras culturais significa algo mais: que os/as educadores/as devem arriscar o óbvio a fim de ter acesso ao transformativo. (Britzman 1996, 93)

É a partir dessas pontuações que entendemos que, pensar também o conceito de gêneros, no plural, é possibilitar o agrupamento de todas expressões identitárias possíveis de serem experienciadas pelos sujeitos. Passos (2019) observa que

O conceito de gênero está diretamente relacionado com uma visão binária do sexo e essa questão revela algumas problematizações e lacunas epistemológicas, possivelmente. Ao pensar o gênero enquanto matriz identitária é preciso incluir as diversas formas de ser menino e menina, ou não ser, inclusive. Em pesquisas que envolvem a violência escolar, alguns (as) autores (as) que se debruçam sobre a relação do *bullying* e o gênero têm embasado o seu percurso teórico metodológico utilizando apenas as categorias menino e menina para fundamentar as suas análises, sem discutir as especificidades e os motivos que causam a prática dessa violência nas escolas. (Passos 2019, 21)

As pesquisas sobre identidade de gênero ainda são recentes e em baixo número, e por vezes o que prevalece nos achados das buscas ainda é essa visão binária apontada por Passos (2019). Os trabalhos que discorrem sobre temáticas de *gênero* ou *identidade de gênero* ainda são, em sua esmagadora maioria, sobre as pautas feministas que reivindicam a igualdade de gênero – deixando de fora as discussões sobre transexualidades e a diversidade dos corpos. É importante frisarmos que as pesquisas feministas são de extrema importância para avançarmos em busca de igualdade, nosso ponto aqui não é questionar esses avanços. O que pretendemos acentuar é a ausência da temática trans nesses debates.

Ao abordar diversidade sexual e de gênero, o termo *queer* tem se tornado cada vez mais presente nas discussões dos últimos anos. Palavra adotada do inglês, inicialmente era utilizada com um tom pejorativo, para se referir a todos aqueles sujeitos estigmatizados e tidos como dejetos – homossexuais afeminados, lésbicas, bêbados, travestis, refugiados e indigentes (Leopoldo 2020). Mas, com o passar do tempo, temos que o significante *queer* tem sido utilizado justamente para se referir àquilo que foge dos rótulos, aquilo que a linguística ainda não consegue nomear.

A Teoria *Queer* tem ganhado força, nos últimos anos, como um espaço de resistência (Leopoldo 2020) para os corpos divergentes dos modelos hegemônicos. Com um sentido político, a palavra *Queer* vem sendo utilizada não para delimitar, mas justamente para apontar para falhas representacionais, de forma que

Não se trata de uma identidade, mas, sobretudo, de um questionamento contínuo das identidades, um questionamento aos processos de naturalização e normalização. [...] O queer vai questionar esses saberes de forma contundente e propor, a todo momento, que haja dentro desses outros grupos uma mutação. (Leopoldo 2020, 29)

Na área da educação, reiteramos que essa pesquisa se propõe a pensar a partir Educação Profissional, e tomando como base o pensamento gramsciano do trabalho como princípio educativo. A esse respeito, Moura (2014) nos esclarece que

O trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa, os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana. (Moura 2014, 99)

Nessa direção, elegemos as reflexões dos teóricos *Queer* para pensar os fundamentos da Formação Humana Integral, concepção de Educação Profissional que visa considerar o sujeito em todas as suas dimensões – intelectual, laboral, social e cultural. Ao considerar essa noção de homem integral, a educação se volta não só para o seu preparo para o mundo do trabalho, mas também com os seus vínculos políticos e sociais.

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua

sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (Ciavatta 2008, 2-3)

Dessa forma, entendemos que a concepção de Formação Humana Integral contribui, assim como a Teoria *Queer*, para o avanço dos saberes contra hegemônicos, nos fornecendo elementos para pensar a inserção de discussões de gênero e sexualidade na educação, de modo que sigamos em busca pela garantia dos direitos das pessoas trans no que concerne o combate à transfobia nos chãos da escola.

Esclarecimentos metodológicos e busca na REBEH

Os dados para este artigo foram coletados da Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH). A escolha por este periódico se justifica em alguns fatores: a princípio, foi observada a ausência de artigos relacionados aos estudos de gênero e sexualidade em bases de dados com maior abrangência e visibilidade na academia. Com isso, a opção por realizar a pesquisa em uma revista específica dos estudos de gênero se mostrou como uma melhor escolha, de modo que realizamos a busca e, na análise, buscamos observar a presença/ausência de diálogo com a Formação Humana Integral. Retomamos Romanowski e Ens (2006), quando afirmam que

A literatura especializada tem evidenciado de maneira imperativa a necessidade de acompanhar o desenvolvimento, as transformações e inovações que buscam tornar os campos da educação e seus profissionais cada vez mais competentes para atender, com propriedade, aos anseios daqueles que vêm conquistando o direito à educação. (Romanowski e Ens 2006, 39)

Ademais, a nossa escolha também considerou o fato de que a REBEH é um periódico que integra, em sua equipe editorial, travestis e transexuais que estão hoje envolvidas em pesquisas de destaque e inseridas no corpo docente de universidades de todo país, conferindo uma maior credibilidade e consistência aos trabalhos encontrados.

A busca foi realizada no dia 13 de agosto do ano de 2022, no site da revista (<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>). Em um primeiro momento, fizemos uma busca com os seguintes descritores e booleano, sem aspas: *educação profissional AND queer*, que nos deu apenas um artigo como resultado. Partimos para uma segunda busca, com os descritores: *educação AND gênero AND sexualidade*, que resultou em dezoito artigos. Do total de dezenove trabalhos achados nas duas buscas, analisamos os resumos para identificar aproximação com nossa pesquisa, e selecionamos seis deles:

Quadro 1 – Artigos selecionados na busca

Nº	Título	N.	Autor (es) e Ano	Área/Lócus	Palavras-Chave
1	O <i>bullying</i> escolar no Brasil: reflexões gendradas e a emergência de olhares interseccionais	05	Passos (2019)	Educação; Psicologia.	<i>Bullying</i> escolar; Gênero; Interseccional; Raça; Sexualidade.
2	Reminiscências da infância viada: reflexões sobre o controle escolar da (homo) sexualidade	09	Gomes Junior (2020)	Educação.	Auto etnografia; Infância Viada; História da educação; Descolonialismo.
3	Notas para um materialismo bi-alético	10	Morschkovich (2020)	Educação; Filosofia.	Gênero; Bissexualidade; Filosofia; Feminismo; Travestilidade.
4	Um passo a mais para entendermos a leitura crítica: notícia, gênero, sexualidade e educação	11	Fernandes; Melo e Nascimento (2020)	Educação.	Queer; Gênero; Ensino-aprendizagem; Material Didático; Língua Portuguesa.
5	Narrar e ressignificar: quando não há como desassociar as questões de gênero/sexualidade de raça	13	Costa (2021)	Educação.	Currículo em redes; Gênero e Sexualidades; Formação continuada de professores; Raça.
6	Peace or violence: a ambiguidade dos discursos	13	Catarina Dallapicula; Gabriela	Educação.	Inclusão; Educação; Identidades.

	educacionais de acolhida e proteção pela confissão identitária		Lima; Guilherme Soares e Margareth Diniz (2021)		
--	----------------------------------------------------------------	--	-------------------------------------------------	--	--

Fonte: elaborado pelos autores

Análise dos achados da pesquisa

Nesta seção, será apresentada uma análise mais detalhada dos seis trabalhos selecionados. Iniciaremos pela produção mais antiga encontrada, o artigo de Almerson Passos (2019), que insere as discussões de gênero e sexualidade dentro de um escopo geral das problemáticas do *bullying*. O autor trabalha com um viés interseccional e menciona, sem explorar em maiores detalhes no texto, a incidência do *bullying* com os corpos transexuais, sendo um trabalho que se debruça muito mais a fazer um levantamento cronológico das discussões acerca do *bullying* no país, do que propriamente em explorar as questões das práticas de violência envolvendo identidade de gênero de maneira mais aprofundada. Ainda assim, o autor faz uma importante crítica à forma como as instituições escolares encaram essas práticas em seus ambientes, ao dizer que

No Brasil, existe uma tendência a colocar o *bullying* escolar como um evento social atual desarticulado do paradigma cristão, branco, eurocêntrico, masculino e heterossexual, com descrições quantitativas, em sua maioria, carentes de uma abordagem plural. Se a escuta é o principal instrumento de acolhimento dessas vítimas e a escola não está preparada para mediar esses atravessamentos, a saúde mental dos (as) envolvidos (as) estará em constate risco. (Passos 2019, 34-35)

Uma questão interessante, nessa produção, é observar que o termo *identidades de gênero* é utilizado como uma expressão com um viés biologicista, em um tópico dedicado a trazer dados relacionados à incidência maior de meninos praticando *bullying* do que meninas. Esse fato aponta para um problema recorrente na busca por produções acadêmicas que discutam o gênero nessa perspectiva que englobe todas as experiências identitárias dos corpos. As buscas com termos envolvendo a palavra “gênero”, como “identidade de gênero”, “gênero e sexualidade” e “diversidade de gênero” costumam fornecer resultados, em sua maioria, voltados para discussões acerca dos contrastes e abismos entre as vivências dos homens e das mulheres em seus meios, assim como também discussões sobre machismos ou o papel da mulher na sociedade, sendo raros os trabalhos que abordem a ideia de gênero a partir de uma percepção mais fluida e

não binária. Essa constatação mostra que o termo “gênero”, na academia, precisa ser mais maleável, como propõe a *Teoria Queer*, pois ainda está muito restrito e limitado à dicotomia homem/mulher.

Prosseguindo com a análise dos trabalhos, no artigo *Reminiscências da infância viada: reflexões sobre o controle escolar da (homo)sexualidade* (2020), João Gomes Júnior questiona, a partir de uma autoetnografia, o poder controlador que as escolas têm sobre os corpos e a sexualidade infantil. O autor enfatiza que

A escola ocupa, historicamente pelo que pode demonstrar, um papel fundamental na acomodação dos corpos, e acaba por dividir e hierarquizar o mundo entre um padrão universal colonial e outros padrões tidos como dissidentes, como a homossexualidade, negando alteridades e impondo subalternidades. (Gomes Junior 2020, 228)

Em seu trabalho, Gomes Junior (2020) discorre sobre o papel fundamental exercido pelo ambiente escolar durante a sua vivência e construção da sexualidade. Ainda nesse texto, autor também se ancora em Paul Preciado (2013) para questionar as violências advindas da heterossexualidade compulsória imposta pela sociedade, se aproximando dos debates dos teóricos *Queer*, e, apesar do foco da autoetnografia não ser em uma experiência transexual, é um texto que contribui para os debates de diversidade na escola como um todo, ao trazer críticas importantes sobre a forma como as instituições educacionais ainda têm um olhar muito direcionado à cisheteronormatividade e permanecem fundadas em normatizações de corpos, sexualidades e comportamentos.

Dos artigos selecionados na nossa busca, o de Marília Morschkovich (2020) é o único que não tem inserção direta com a educação, porém chamou a atenção pelo diálogo com Hegel e Marx. A autora discorre sobre o conceito de gênero até engendrar na proposição de uma dialética bissexual, nomeada no artigo como *bi-alética*. Instigando o leitor a um olhar bissexual às proposições de Hegel e Marx, Morschkovich questiona quem seria o proletariado do sistema de gênero. Como possível resposta, sugere a figura da travesti como sendo esse sujeito revolucionário. Dessa forma, propondo essa interseção entre os campos, o artigo se mostra como uma boa ponte para encorajar a promoção de debates sobre identidade de gênero na Educação Profissional.

No mesmo ano, temos o artigo *Um passo a mais para entendermos a leitura crítica: notícia, gênero, sexualidade e educação*, de Fernandes, Melo e Nascimento (2020), já mostra, desde o seu título, o que é preciso ao pensar a temática da diversidade nas escolas: dar um passo a mais. Neste trabalho, os autores relatam a utilização de um material didático, com alunos, de notícias publicadas na Folha de São Paulo sobre a vivência de pessoas dissidentes em gênero e sexo. A experiência descrita ocorreu em uma turma de 3ª série do ensino médio da rede

estadual e, apesar de não ter sido realizada na modalidade de Educação Profissional, observamos que foi pensada e conduzida com objetivos que se assemelham aos propostos por uma das visões da Educação Profissional: a Formação Humana Integral. No decorrer do texto, os autores mostram preocupação com a formação dos estudantes, ancorados numa visão de práxis e para além de uma aula conteudista, visando promover a transformação da realidade em que se encontram. Acrescentamos, ainda, a importância do zelo dos autores em terem embasado o trabalho realizado com a turma a partir dos Parâmetros Curriculares vigentes, observando que tais temáticas podem e devem ser abordadas nessas etapas de ensino.

Dentre as produções mais recentes, do ano de 2021, a busca filtrou duas da mesma revista, sendo também ambas pertencentes ao mesmo dossiê presente no volume, intitulado "interseccionalizando em educação: lutas sociais e direito à diferença". São elas:

O trabalho de Catarina Dallapicula et al. (2021) utiliza a música *Peace or Violence*¹ para fazer uma analogia com a educação inclusiva que temos hoje em nossas escolas. Enquanto a letra da música questiona se o símbolo universal da paz – representado pelos dedos indicador e médio da mão fazendo um sinal de V – seria também uma representação da palavra *violência*, os autores do artigo provocam o sistema educacional ao revelar que, ainda que as instituições preguem um discurso de educação inclusiva, são um espaço onde a violência é proliferada, principalmente contra grupos identitários de movimentos LGBTI². Para esses autores, “nossa sociedade ainda opera na lógica da cidadania identitária e discursos que tentem a produzir acesso e permanência à educação fora das marcações identitárias não são hegemonicamente acessados” (227), e o que eles propõem é que as reivindicações identitárias são importantes para que os avanços ocorram e possibilitem visibilidades a todos os corpos.

Por fim, o artigo de Simone Costa (2021) trata de uma pesquisa realizada em uma escola pública do Rio de Janeiro. A ação na escola municipal teve foco na formação docente, e objetivou expandir os saberes de gênero e sexualidade com as professoras participantes. A partir de narrativas audiovisuais, seguidas de trocas com conversas e debates, as participantes puderam questionar seus modos de ver, agir e pensar as expressões de gênero e sexualidade. É um trabalho importante, que volta o olhar para uma formação docente que não se limita apenas aos saberes técnicos, mas também ao reconhecimento das singularidades de todos os sujeitos que integram o ambiente escolar.

¹ Música do cantor belga Stromae, lançada em 2010.

² Com a constante reatualização de siglas utilizadas para se referir ao agrupamento das diversas identidades sexuais e de gênero, optamos por utilizar, nesse trecho, a mesma sigla usada pelos autores no referido artigo.

Considerações finais

Apesar de ser uma revista recente, foi surpreendente observar que, ainda assim, os temas de gênero e sexualidade na educação não estiveram presentes nas produções do seu primeiro ano – 2018. Além disso, percebemos como essa discussão vem se construindo de forma gradativa e sendo reconhecida cada vez mais, já que é nas duas publicações mais recentes que a associação dos termos *gênero*, *sexualidade* e *educação* se faz de maneira mais articulada.

Houve uma dificuldade em encontrar produções que contemplassem, especificamente, travestis e transexuais em seus objetos de pesquisa, mesmo com a utilização do termo *Queer* como descritor nas buscas. Aliás, nos textos selecionados na nossa busca, observamos que a Teoria *Queer* não é explicitamente mencionada, apesar de observarmos que os conteúdos discutidos nas pesquisas abordam a temática e autores *Queer*. Tal constatação nos levou a refletir o quanto ainda estamos lidando com um campo recente e com pouca visibilidade acadêmica.

Nos poucos textos encontrados, expressões com a palavra “gênero” são utilizadas com bastante frequência, mas ao fazer o caminho inverso e buscar por textos que contenham expressões com a palavra “gênero”, os resultados ainda são muito escassos e a maioria trabalha as questões de gênero por vias já bastante discutidas e restritas ao binarismo. Travestis e transexuais vivem às margens da sociedade, e a realização desse Estado do Conhecimento confirma que é um tema que carece de mais espaço nos meios acadêmicos.

Os poucos textos encontrados apontam para o detalhe de que sempre que esse tema conseguiu algum espaço nas discussões foi a partir de reflexões interseccionais, e essa constatação também precisa ser considerada ao se propor iniciar uma pesquisa nesse campo. Qualquer trabalho que tenha a pretensão de dialogar com a diversidade precisa estar atento às questões da interseccionalidade e ter um cuidado de não isolar seu objeto de estudo das influências históricas e socioculturais.

Esse Estado do Conhecimento mostra, então, que já existem caminhos basilares e norteadores para pensar os recortes de gênero e sexualidade dentro da educação, assim como também são visíveis os caminhos que ainda não estão sendo explorados – como a ênfase em travestis e transexuais. Por mais que não seja restrita à área da Educação, ainda assim, ausência de pesquisas no âmbito da Educação Profissional, na REBEH, nos chamou atenção.

Os achados – ou a incipiência deles – nos levam a concluir que as pesquisas no escopo da diversidade não têm contemplado as múltiplas vivências de gênero e corpo nos estudos da educação, de maneira geral. Nesse ponto, reforçamos as

potencialidades da concepção de uma Formação Humana Integral dos sujeitos, que considera todas as dimensões do homem, além de ter o intento de promover transformação social. Essas discussões não precisam e não devem estar restritas ao campo da Educação Profissional, mas entendemos que é a partir dele que essas aberturas podem trazer grandes contribuições ao combate à transfobia escolar, visando a superação das desigualdades e transformação social.

Bibliografia

- Benevides, Bruna; Nogueira, Sayonara. (Org.). 2021. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Britzman, Deborah. 2000. "Curiosidade, sexualidade e currículo". In *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*, 83-111, organizado por Guacira Lopes Louro. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- — —. 1996. "O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo". *Educação e realidade*, 21(1): 71-96.
- Candau, Vera. 2011. "Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas". In *Currículo sem Fronteiras*, 11(2), 240-255.
- Ciavatta, Maria. 2008. "A formação integrada: A escola e o trabalho como lugares de memória e identidade". In *Revista Trabalho Necessário*, 3: 1-20.
- Costa, Simone. 2021. "Narrar e ressignificar: quando não há como desassociar as questões de gênero/sexualidade de raça". *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 03(13): 201-217.
- Dallapicula, Catarina et al.. 2021. "Peace or violence: a ambiguidade dos discursos educacionais de acolhida e proteção pela confissão identitária". *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 03(13): 218-230.
- Fernandes, Richard; Melo, Iran; Nascimento, Gláucia. 2020. "Um passo a mais para entendermos a leitura crítica: notícia, gênero, sexualidade e educação". In *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 03(11): 253-279.
- Ferreira, Norma. 2002. "As pesquisas denominadas estado da arte". *Educação & Sociedade*, 23(79): 257-272.
- Gomes Júnior, João. 2020. "Reminiscências da infância viada: reflexões sobre o controle escolar da (homo)sexualidade". *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 03(09): 213-231.
- Kunzler, Odair, Evandro Both e Fernanda Machado. 2019. "Pesquisa científica: função social e metodologia". In *Metodologia(s) da pesquisa em educação profissional e tecnológica: dilemas e provocações contemporâneas*, organizado

- por Vantoir Roberto Brancher, Lisiane Darlene Canterle e Fernanda de Camargo Machado. 109-122. 1ed. Curitiba: Brazil Publishing, v. 1.
- Leopoldo, Rafael. 2020. *Cartografia do pensamento queer*. Salvador: Editora Devires.
- Louro, Guacira. 1997. *Gênero, sexualidade e educação: uma pesquisa pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Machado, Fernanda (Org.). 2019. *Metodologia(s) da pesquisa em educação profissional e tecnológica: dilemas e provocações contemporâneas*. 1ed. Curitiba: Brazil Publishing, 1: 109-121.
- Moschkovich, Marília. 2020. "Notas para um materialismo bi-alético". *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 03(10): 109-127.
- Moura, Dante Henrique. 2014. *Trabalho e formação docente na educação profissional*. Curitiba: IFPR-EAD.
- Nascimento, Letícia. 2021. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.
- Passos, Almerison Cerqueira. 2019. "O bullying escolar no Brasil: reflexões gendradas e a emergência de olhares interseccionais". *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 02(01): 17-41.
- Romanowski, Joana Paulin; Ens, Romilda Teodora. 2006. "As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação". *Diálogo Educacional*, 6(19): 37-50.

Rafaela Santos Amorim

É mestranda em Educação Profissional no PPGEP/IFRN. Pesquisa sobre gênero, sexualidade e Teoria *Queer* na educação e é vinculada ao grupo de pesquisa Observatório da Diversidade/IFRN. É licenciada em Letras – Língua Inglesa pela UFRN, possui especialização em Literatura e Ensino e atualmente leciona na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0679-0088>

Contacto: rafaelaamorim777@gmail.com

Fábio Alexandre Araújo dos Santos

É Doutor em Educação pela UFRN e PhD em Educação pela UFPI. Atualmente, é professor de Arte-teatro no ensino médio integrado do IFRN e docente credenciado nos Programas de Pós Graduação ProfEPT no polo Mossoró e no PPGEP, ambos no IFRN. Também é membro do Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e Sociedade (G-TRES).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5902-8698>

Contacto: alexandre.araujo@ifrn.edu.br

Recebido: 22/08/2022

Aceito: 23/11/2022